

# PEQUENA CENTRAL HIDROELÉTRICA RIO DO BRAÇO S.A.

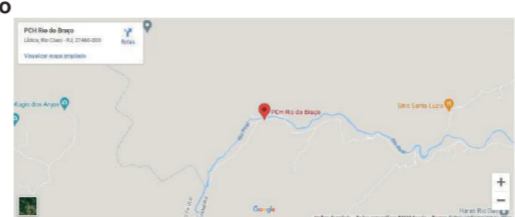
CNPJ/MF nº 09.024.809/0001-28

## Relatório da Administração 2024

Senhores Acionistas, Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. ("Companhia" ou "PCH Rio do Braço"), correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, com as respectivas notas explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes em cumprimento às disposições legais e estatutárias. A Companhia, a Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A., está situada na zona rural do município de Rio Claro, RJ, e é uma Companhia anônima de capital fechado, constituída em 23 de agosto de 2007. A Companhia tem por objeto a implantação e exploração de pequenas centrais hidroelétricas e a geração e comercialização de energia elétrica por 37 anos. Ela se conecta ao sistema regional de distribuição, na tensão de 25 kV, através de linha de uso restrito com 8 quilômetros de extensão, interligada na "Linha Metalúrgica" da Light, concessionária de distribuição, que por sua vez está conectada na subestação de Rio Claro, no município de Rio Claro. A PCH está localizada no rio do Braço, na divisa dos municípios de Rio Claro (RJ) e de Bananal (SP). O eixo da barragem e a casa de força ficam no estado do Rio de Janeiro, em Lídice, distrito do município de Rio Claro, já o reservatório formado pelo barramento compreende terras do município de Rio Claro e de Bananal, estado de São Paulo e possui área total de 0,03653 hectare e uma Área de Preservação Permanente (APP) de 15 metros de largura. A partir de 2023 a Companhia incluiu no seu objeto social a operação de redes de telecomunicações e o fornecimento de serviços de telecomunicações, incluindo, mas não se limitando: (a) a cessão onerosa de meios de redes de telecomunicações; (b) tratamento de dados, apresentação, movimentação, recuperação e transmissão de informações; (c) alternativa de acesso local a serviços de dados, vídeo e auxiliares de voz; (d) a prestação de serviços de Tecnologia da Informação (TI), incluindo manutenção e operação de equipamentos; (e) acesso à internet; (f) a implantação, operação e locação de meios, equipamentos e sistemas, incluindo espaço físico e infraestrutura, para telecomunicações e atividades correlatas; e (g) a compra, a venda, a importação e a exportação de hardware, equipamentos, suprimentos e acessórios de informática em geral. O Empreendimento. O projeto teve início em 2002, com a constituição da empresa Companhia Energética Serra da Carioca, que contratou a empresa projetista MEK Engenharia e Consultoria LTDA para o desenvolvimento do projeto. Posteriormente, no dia 7 de agosto de 2008, o projeto foi vendido para o Fundo de Investimentos FIP Brasil Energia, gerido pelo Banco BTG Pactual, que construiu o empreendimento, com início das obras em 2009. A Companhia foi autorizada pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.748 de 6 de janeiro de 2009, a explorar a Pequena Central Hidroelétrica Braço, com 11.520 kW de potência instalada. Através do contrato nº 11554/18 de 7 de dezembro de 2009 celebrado com a LightCom Comercializadora de Energia S.A. anteriormente denominada Light ESCO - Prestação de Serviços Ltda, a Companhia formalizou a venda de toda a energia produzida no período 1º de fevereiro de 2011 a 31 de dezembro de 2025. No ano de 2023 a Companhia

firmou contrato com a Mining JV I LLC com o objetivo de prestação de serviços de processamentos de dados por conta e ordem e oferecimento da infraestrutura. Esse contrato foi iniciado em janeiro de 2024 pela ativação do serviço de processamento de dados e vigorará pelo prazo de 5 anos. Para viabilizar a prestação do serviço mencionado, firmamos o contrato de compra de energia com o Banco BTG Pactual S/A., contrato iniciado em janeiro de 2024, com vigência até dezembro de 2028, o que possibilitou a complementação da nossa infraestrutura, garantindo o cumprimento das obrigações contratuais. No ano de 2024 a Companhia firmou contrato de venda de energia, com a Esfera Comercializadora de Energia Ltda., que vigorará pelo prazo de 5 anos, a contar de 01 de janeiro de 2026. A Companhia foi beneficiada, nos termos da Lei 9.427/96 instituída pela ANEEL, art. 26 § 12, que possibilita o deslocamento do prazo, da seguinte forma: início da contagem do prazo de outorga (da data da publicação da autorização para a data de entrada em operação comercial da 1ª UG), aplicável a usinas com prazo de outorga de 30 anos que não tenham sido penalizadas pela ANEEL por atraso no cronograma. A homologação, ocorreu em 14 de dezembro de 2021 através da Resolução Autorizativa nº 10.972. Logo, a Companhia passará a ter 37 anos de autorização, tendo a sua finalização em 31 de janeiro de 2048. Em janeiro de 2021, o controle da PCH Rio do Braço foi transferido para o BTG Pactual Dividendos Infra (BDIV11), Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.

### Localização



**Licenciamento Ambiental.** A Companhia obteve todas as Licenças Ambientais necessárias para a operação e a implantação do projeto. **Financiamento.** Em 30 de setembro de 2020, a Companhia assinou contrato de financiamento no valor de R\$ 20.000 junto ao Banco Itaú S/A., nas seguintes condições: **Data de Entrada do Recurso:** 30/09/2020. **Prazo:** 58 parcelas, com pagamentos mensais sem carência. **Taxa:** IPCA + 5,05% a.a. Em conjunto com a CCB, a Companhia contratou operação de swap de índices, junto ao Banco Itaú S.A., e/ou suas afiliadas, através de uma nota de negociação ("SWAP"), com início em 30 de setembro de 2020 e com as seguintes características: **Valor Fixo:** R\$ 20.000. **Prazo e Fluxo:** mesmo da CCB. **Vencimento:** 15/07/2025. **Fator de correção CD:** percentagem 100%. **Taxa de juros** exponencial

– 3,70% a.a. Em 10 de outubro de 2023, a Companhia assinou contrato de financiamento no valor de R\$2.700 junto ao Banco Itaú S/A., nas seguintes condições: **Data de Entrada do Recurso:** 10/10/2023. **Prazo:** 48 parcelas, com pagamentos mensais sem carência. **Taxa:** CDI + 2,10% a.a. **Desempenho Econômico – Financeiro.** **Abaixo um resumo dos principais números da Companhia:**

Balço Patrimonial	
<b>Ativo circulante</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	27
Títulos e Valores Mobiliários	4.319
Concessionárias e permissonárias	2.263
Despesas antecipadas	250
Outros ativos	340
	<b>7.199</b>
<b>Não circulante</b>	
Imobilizado	51.298
Intangível	7.273
	<b>58.571</b>
	<b>65.770</b>
<b>Total do ativo</b>	
<b>Passivo circulante</b>	
Fornecedores	615
Financiamentos	3.117
Dividendos a pagar	2.882
Impostos e contribuições a recolher	156
Imposto de renda e contribuição social	246
Instrumentos financeiros	739
Outros passivos	334
	<b>8.089</b>
<b>Não circulante</b>	
Financiamentos	1.237
	<b>1.237</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	
Capital social	35.432
Reserva legal	3.578
Reserva de retenção de lucros	8.787
Reserva especial	8.647
	<b>56.444</b>
	<b>65.770</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	

**Agradecimentos.** A Administração demonstra seu agradecimento aos acionistas, conselheiros, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os Colaboradores. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2024 foram possíveis através do comprometimento, dedicação e competência demonstrados. **A Administração.**

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2024 (Em milhares de reais - R\$)

Nota Explicativa	Reservas de Lucros				Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Reserva de lucros			
<b>Em 31 de Dezembro de 2022</b>	35.432	2.488	4.988	4.988	-	-	51.882
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	(4.988)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	9.644	9.644
Destinação do lucro do exercício:							
Constituição de reserva legal	-	482	-	-	-	(482)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(2.290)	(2.290)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	6.872	(6.872)	-
Pagamentos dos dividendos adicionais	-	-	-	(6.337)	-	-	(6.337)
<b>Em 31 de Dezembro de 2023</b>	35.432	2.970	6.872	6.872	-	-	52.899
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	(6.872)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	12.137	12.137
Destinação do lucro do exercício:							
Constituição de reserva legal	-	608	-	-	-	(608)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(2.882)	(2.882)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	8.647	(8.647)	-
Pagamentos dos dividendos adicionais	-	-	-	(5.710)	-	-	(5.710)
<b>Em 31 de Dezembro de 2024</b>	35.432	3.578	8.787	8.647	-	-	56.444

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do Resultado para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receitas líquidas	25.213	21.295
Custo sobre serviços prestados	(9.310)	(8.078)
<b>Lucro Bruto</b>	15.903	13.217
Despesas operacionais	(2.032)	(1.750)
<b>Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro</b>	13.871	11.467
Receita Financeira	396	740
Despesa Financeira	(1.063)	(1.652)
<b>Resultado Financeiro</b>	(667)	(912)
<b>Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	13.204	10.555
Imposto de renda e contribuição social	(1.067)	(911)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	12.137	9.644
<b>Resultado por Ação</b>	0,71	0,56

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do Resultado Abrangente para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	12.137	9.644
Resultado abrangente total	12.137	9.644

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do Fluxo de Caixa para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais - R\$)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Lucro Líquido do Exercício		12.137	9.644
Ajuste por:			
Depreciação e amortização	9e 10	2.524	3.001
Juros sobre financiamentos	12	911	1.469
Baixa de bens do ativo imobilizado e do intangível	9e 10	125	818
Rendimento de aplicação em títulos e valores mobiliários	17	(396)	(684)
Perda de derivativos	17	-	(56)
Marcação de mercado não realizada	12b	(710)	(16)
		14.591	13.447
<b>Varições nos ativos e passivos:</b>			
Concessionárias e permissonárias	7	(488)	24
Despesas antecipadas	21	(81)	1
Imposto de renda retido na fonte	18	601	(823)
Outros ativos		263	20
Fornecedores	11	957	797
Impostos e contribuições a recolher		(193)	141
Outros passivos		(867)	(818)
Imposto de renda e contribuição social pagos			
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>		14.734	12.807
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos</b>			
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	9e 10	(1.178)	(3.354)
Aplicação em títulos e valores mobiliários		(35.543)	(33.132)
Resgate em títulos e valores mobiliários		35.566	34.879
<b>Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos</b>		(1.155)	(1.607)
Pagamento de dividendos	13	(8.000)	(8.001)
Pagamento de juros de financiamento	12	(939)	(1.493)
Amortização de financiamentos	12	(4.813)	(4.250)
Aquisição de financiamento	12		2.700
<b>Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos (Redução) Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		(13.752)	(11.044)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		200	44
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		27	200

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

tomados foram reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). **3.6. Provisões.** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **3.7. Demais ativos e passivos.** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses. **3.8. Imposto de renda e contribuição social corrente.** O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente serão determinados mediante a aplicação do percentual das alíquotas de presunção de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta auferida no período de apuração, visto que a Companhia é optante pelo lucro presumido. Posteriormente são aplicados a alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido sobre a base de presunção. **3.9. Reconhecimento de receita.** A receita é mensurada com base nas contraprestações especificadas nos contratos com os clientes (LightCom Comercializadora de Energia S/A e Mining JV I LLC). A Companhia reconhece as receitas quando realiza a prestação de serviço de geração de energia e serviço com infraestrutura, e tem como parâmetro de contabilização o regime de competência. **3.10. Distribuição de dividendos.** A distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral, conforme divulgado na nota explicativa nº 13d. **3.11. Novas normas e interpretações não efetivas.** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo "International Accounting Standards Board – IASB" e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: a. Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor. As seguintes normas alteradas e interpretações não resultou em impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 26/IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
CPC 06/IFRS 16	Contabilização de "leaseback"	01/01/2024
CPC 40/IAS 7 /IFRS 7	Divulgação de informações sobre acordos financeiros	01/01/2024
	b. Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 2025	
Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 40/IFRS 7	Divulgação de instrumentos financeiros	01/01/2026
CPC 48/IFRS 9	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	01/01/2026
IFRS 18	Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos. **4. Gestão de Risco Financeiro. 4.1. Fatores de risco financeiro.** a) Risco de crédito. A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações da Administração da Companhia. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2024. A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações da Administração da Companhia e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez. b) Risco de liquidez. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Os vencimentos do financiamento, considerando os juros contratuais, estão demonstrados a seguir:

## Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	27	200
Títulos e valores mobiliários	6	4.319	3.284
Concessionárias e permissonárias	7	2.263	1.775
Despesas antecipadas		250	39
Imposto de renda retido na fonte		-	81
Outros ativos	8	340	941
		7.199	6.320
<b>Não Circulante</b>			
Títulos e valores mobiliários	6	-	662
Imobilizado	9	51.298	52.490
Intangível	10	7.273	7.552
		58.571	60.704
Total do Ativo		65.770	67.024

## Passivo e Patrimônio Líquido

Circulante	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	11	615	352
Financiamentos	12	3.117	4.889
Dividendos a pagar	13.d	2.882	2.290
Impostos e contribuições a recolher	15	156	98
Imposto de renda e contribuição social	19	246	214
Instrumentos financeiros	12.b	739	1.449
Outros passivos		334	527
		8.089	9.799
<b>Não Circulante</b>			
Financiamentos	12	1.237	4.326
		1.237	4.326
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital social	13	35.432	35.432
Reserva legal		3.578	2.970
Reserva de retenção de lucros		8.787	7.625
Dividendos adicionais propostos		8.647	6.872
		56.444	52.899
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		65.770	67.024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2024 (Em Milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Informações Gerais.** A Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. ("Companhia" ou "PCH Rio do Braço") está situada na zona rural do município de Rio Claro, RJ, e é uma Companhia anônima de capital fechado, constituída em 23 de agosto de 2007. A Companhia tem por objeto a implantação e exploração de pequenas centrais hidroelétricas e a geração e comercialização de energia elétrica por 30 anos. A partir de 2023 a Companhia incluiu no seu objeto social a operação de redes de telecomunicações e o fornecimento de serviços de telecomunicações, incluindo, mas não se limitando: (a) a cessão onerosa de meios de redes de telecomunicações; (b) tratamento de dados, apresentação, movimentação, recuperação e transmissão de informações; (c) alternativa de acesso local a serviços de dados, vídeo e auxiliares de voz; (d) a prestação de serviços de Tecnologia da Informação (TI), incluindo manutenção e operação de equipamentos; (e) acesso à internet; (f) a implantação, operação e locação de meios, equipamentos e sistemas, incluindo espaço físico e infraestrutura, para telecomunicações e atividades correlatas; e (g) a compra, a venda, a importação e a exportação de hardware, equipamentos, suprimentos e acessórios de informática em geral. A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), através do despacho nº 292, de 1º de fevereiro de 2008, aprovou o Projeto Básico da PCH Braço já com a titularidade da empresa para a PCH Rio do Braço. A Companhia foi autorizada pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.748 de 6 de janeiro de 2009, a explorar a Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço SA, pelo período de trinta anos para produção de energia. A Companhia levou dois anos para ser construída e entrou em operação em 1º de fevereiro de 2011, com 11.520 kW de potência instalada, localizada no rio do Braço no Município de Rio Claro, no Estado do Rio de Janeiro. Através do contrato nº 11554/18 de 7 de dezembro de 2009 celebrado com a LightCom Comercializadora de Energia S.A. anteriormente denominada Light ESCO - Prestação de Serviços Ltda, a Companhia formalizou a venda de toda a energia produzida no período 1º de fevereiro de 2011 a 31 de dezembro de 2025. Em 3 de agosto de 2021 por meio da Resolução Homologatória nº 2919 a Companhia obteve a homologação do prazo de extensão da outorga da usina em 2504 dias, a Companhia discutiu com a ANEEL a revisão do cálculo do término do prazo de autorização, visto que julgava ser superior. Em 10 de outubro de 2023 por meio da Resolução Homologatória nº 14.896 a Companhia obteve a revisão do cálculo do prazo de extensão da outorga da usina em 2504 dias. A Companhia foi beneficiada, nos termos da Lei 9.427/96 instituída pela ANEEL, art. 26 § 12, que possibilita o deslocamento do prazo, da seguinte forma: início da contagem do prazo de outorga (da data da publicação da autorização para a data de entrada em operação comercial da 1ª UG), aplicável a usinas com prazo de outorga de 30 anos que não tenham sido penalizadas pela ANEEL por atraso no cronograma. A homologação, ocorreu em 14 de dezembro de 2021 através da Resolução Autorizativa nº 10.972. Logo, a Companhia passará a ter 37 anos de autorização, tendo a sua finalização em 31 de janeiro de 2048. De acordo com o demonstrado no Balço Patrimonial o capital circulante líquido (CCL) da Companhia está negativo em R\$890. Cabe ressaltar, que os valores lançados para fins de financiamento no curto prazo são valores de 12 meses, o que não concorda nos clientes (ativo circulante), pois os valores a receber contemplam apenas 1 mês. Com isso, a Companhia assegura, através de fluxo de caixa orçado que conseguirá arcar com todo o seu passivo circulante, não restando dúvidas sobre a continuidade da Companhia. No ano de 2023 a Companhia firmou contrato com a Mining JV I LLC com o objetivo de prestação de serviços de processamentos de dados por conta e ordem e oferecimento da infraestrutura. Esse contrato foi iniciado em janeiro de 2024 pela ativação do serviço de processamento de dados e vigorará pelo prazo de 5 anos. Para viabilizar a prestação do serviço mencionado, firmamos o contrato de compra de energia com o Banco BTG Pactual S/A., contrato iniciado em janeiro de 2024, com vigência até dezembro de 2028, o que possibilitou a complementação da nossa infraestrutura, garantindo o cumprimento das obrigações contratuais. No ano de 2024 a Companhia firmou contrato de venda de energia, com a Esfera Comercializadora de Energia Ltda., que vigorará pelo prazo de 5 anos, a contar de 01 de janeiro de 2026.

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras.** As demonstrações financeiras da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") em consonância com a Lei das S.A. e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 6 de março de 2025. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados. **2.1. Base de preparação.** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de

**PEQUENA CENTRAL HIDROELÉTRICA RIO DO BRAÇO S.A.**

CNPJ/MF nº 09.024.809/0001-28

Vencimentos	Itaú
2025	3.117
2026	675
2027	562
	4.354

**c) Risco de taxa de juros.** A Companhia está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. As dívidas estão sujeitas à variação de IPCA e CDI. **d) Valorização dos instrumentos financeiros.** A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e financiamentos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão descritos a seguir: (i) Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores. Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização. (ii) Financiamentos. Estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. Os valores de mercado dos financiamentos são muito próximos dos valores contabilizados. (iii) Instrumentos financeiros derivativos. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de Swap. Foi mensurado pelo valor justo. Após reconhecimento inicial, as variações foram registradas no resultado. **4.2. Gestão de capital.** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras Companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados. O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido. Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim resumidos:

	31/12/2024	31/12/2023
Montante total de dívida (passivo circulante acrescido de passivo não circulante)	9.326	14.125
Total do patrimônio líquido	56.444	52.899
Índice de alavancagem financeira	0,17	0,27

4.3. Instrumentos financeiros	
Ativos Financeiros	Valor Justo
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Contábil Justo
Títulos e valores mobiliários	4.319 4.319
	4.319 4.319
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Contábil Justo
Caixa e equivalentes de caixa	27 27
Contas a receber	2.263 2.263
	2.290 2.290
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Contábil Justo
Fornecedores	615 615
Financiamentos	4.354 4.354
	4.969 4.969

Ativos Financeiros	
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Valor Justo
Títulos e valores mobiliários	3.946 3.946
	3.946 3.946
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Contábil Justo
Caixa e equivalentes de caixa	200 200
Contas a receber	1.775 1.775
	1.975 1.975
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Contábil Justo
Fornecedores	352 352
Financiamentos	9.195 9.195
	9.547 9.547

4.4. Avaliação dos instrumentos financeiros.	
Ativos Financeiros	Valor Justo
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Contábil Justo
Títulos e valores mobiliários	3.946 3.946
	3.946 3.946
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Contábil Justo
Caixa e equivalentes de caixa	200 200
Contas a receber	1.775 1.775
	1.975 1.975
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Contábil Justo
Fornecedores	352 352
Financiamentos	9.195 9.195
	9.547 9.547

Os instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, registrados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para

**9. Imobilizado**

Em milhares de reais	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.294	42.593	17.536	19.868	279	185	675	83.490
Adições	778	-	1	-	38	107	2.410	3.334
Baixa	-	-	-	-	-	-	(89)	(89)
Transferência	-	-	18	-	26	-	(44)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.072	42.593	17.615	19.868	343	292	2.952	86.735
Adições	-	-	189	57	69	-	863	1.178
Baixa	-	-	-	-	-	-	(125)	(125)
Transferência	-	-	1.552	1.170	76	-	(2.798)	-
Reclassificação	-	-	43	(43)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.072	42.593	19.399	21.052	488	292	892	87.788
Depreciação acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-

Em milhares de reais	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro 2022	2.294	16.801	6.813	7.810	93	16	31	31.533
Depreciação	-	1.420	587	664	30	11	-	2.712
Saldo em 31 de dezembro 2023	-	18.221	7.400	8.474	123	27	-	34.245
Depreciação	-	947	575	675	23	25	-	2.245
Saldo em 31 de dezembro 2024	-	19.168	7.975	9.149	146	52	-	36.490
Valor contábil líquido	2.294	25.792	10.783	12.058	186	169	675	51.966
Em 31 de dezembro de 2023	3.072	24.372	10.215	11.394	220	265	2.952	52.490
Em 31 de dezembro de 2024	3.072	23.425	11.424	11.903	342	240	892	51.298

Em milhares de reais	Serviços	Software	Direito de extensão outorga - GSF	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.236	160	-	6.757	8.153
Adições	-	-	5	-	5
Transferência	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.236	165	-	6.757	8.178
Adições	-	-	20	-	20
Transferência	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.236	185	-	6.757	8.178
Amortização acumulada	-	-	-	-	-
Em milhares de reais	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	77	-	260	337
Amortização	-	29	-	260	289
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	106	-	520	626
Amortização	-	22	-	257	279
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	128	-	777	905
Valor contábil líquido	1.236	83	-	6.498	5.782
Em 31 de dezembro de 2023	1.236	59	-	6.237	7.532
Em 31 de dezembro de 2024	1.236	57	-	5.980	7.273

**11. Fornecedores** 31/12/2024 31/12/2023  
 Tractebel 127  
 Banco BTG 103  
 Fairfax Brasil 93  
 Power & Light Engenharia 80  
 Ambientare 45  
 Paraty Energia 42  
 Stancioli - 157  
 Exp. Celta Científica - 39  
 Outros - 20  
 Total 615 352

**12. Financiamentos**  
**Moeda Nacional** Taxa anual de juros a.a. 31/12/2024 31/12/2023  
 CCB IPCA + 5,05% 2.429 6.590  
 CCB CDI + 2,1% 1.925 2.605  
 Financiamento-principalejuros 4.354 9.195  
 Passivo circulante 3.117 4.869  
 Não circulante 1.237 4.326

O montante registrado em principal e juros tem a seguinte composição:  
**Empréstimo** 31/12/2022 31/12/2023  
 Financiamento Itaú CCB - 2.700 79 112 62  
 Financiamento Itaú CCB 10.769 - 1.390 4.138 1.431 6.590  
 Total: 10.769 2.700 1.469 4.250 1.493 9.195

**Empréstimo** 31/12/2023 31/12/2024  
 Financiamento Itaú CCB 2.005 - 281 675 286 1.925  
 Financiamento Itaú CCB 6.590 - 630 4.138 653 2.429  
 Total: 9.195 - 911 4.813 939 4.354

Vencimentos 2026 675  
 2027 562  
 Total 1.237

a) Em 30 de setembro de 2020, a Companhia assinou contrato de financiamento no valor de R\$20.000 junto ao Banco Itaú S/A, nas seguintes condições: • Data de Entrada do Recurso: 30/09/2020. • Prazo: 58 parcelas, com pagamentos mensais sem carência, iniciando em 15/10/2020 e a última parcela em 15/07/2025. • Taxa: IPCA + 5,05% a.a. • Garantias Concedidas: Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Alienação Fiduciária de Ações, "Covenants" financeiros. Devido a esse financiamento, a Companhia fica obrigada anualmente a cumprir o seguinte índice: O índice de cobertura do serviço da dívida de no mínimo 1,20, calculado com base no EBITDA dividido pelo serviço da dívida (despesa financeira somada às parcelas de principal das dívidas referentes ao mesmo período últimos 12 meses). Cabe ressaltar, que os "covenants" financeiros e não financeiros são cumpridos pela Companhia. b) Em conjunto com a Cédula de Crédito Bancária ("CCB"), a Companhia contratou operação de swap de índices, junto

de acordo com o princípio ético relevante previsto no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Enfase.** Concentração de crédito em único cliente. Conforme divulgado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a totalidade das receitas operacionais da Companhia é concentrada em único cliente, LightCom Comercializadora de Energia S.A., empresa para a qual a Companhia formalizou a resolução de contrato de fevereiro de 2011 a 31 de dezembro de 2025. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras.** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração

31/12/2024		31/12/2023	
Saldo	Variação	Saldo	Variação
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
27	2	3	4
4.319	353	470	588
4.354	356	474	593

31/12/2024		31/12/2023	
Saldo	Variação	Saldo	Variação
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
200	19	25	31
3.946	367	489	612
9.195	854	1.138	1.424

31/12/2024		31/12/2023	
Saldo	Variação	Saldo	Variação
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
3	5	24	195
27	200	27	200

31/12/2024		31/12/2023	
Saldo	Variação	Saldo	Variação
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
3.944	3.284	3.944	3.284
375	-	375	-
4.319	3.284	4.319	3.284
4.319	4.319	4.319	4.319
662	-	662	-
4.319	3.946	4.319	3.946

(a) Refere-se a aplicação em títulos e valores mobiliários indexada pelo CDI e com liquidez imediata e está representado, por Certificados de Depósito Bancário - CDB e Títulos de Dívida - Debêntures, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). (b) Os fundos vinculados referem-se a aplicações em títulos e valores mobiliários (indexados pelo CDI), requeridas em contrato de empréstimo com o Itaú, com a finalidade de garantia real. **7. Concessionárias e Permissonárias.** Os valores alocados em suprimento referem-se às contas a receber de energia gerada ao cliente LightCom Comercializadora de Energia S/A, já os valores destacados na conta de energia de curto prazo são contas a receber oriundas de operações no Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica - MCP, advindos do saldo positivo do balanço energético da Companhia, contabilizadas e liquidadas pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

31/12/2024		31/12/2023	
Saldo	Variação	Saldo	Variação
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
1.916	1.843	1.916	1.843
347	(68)	347	(68)
2.263	1.775	2.263	1.775

A Companhia não possui perda de crédito esperada pois não existem itens vencidos e nem histórico de inadimplência, além da liquidação ocorrer em até 30 dias.

31/12/2024		31/12/2023	
Saldo	Variação	Saldo	Variação
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
219	816	219	816
40	-	40	-
14	13	14	13
8	23	8	23
-	15	-	15
59	74	59	74
340	941	340	941

31/12/2024		31/12/2023	
Saldo	Variação	Saldo	Variação
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
1916	1843	1916	1843
347	(68)	347	(68)
2.263	1.775	2.263	1.775

a) Receitas oriundas de operações no Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica - MCP, originadas pelo saldo positivo do balanço energético da Companhia, contabilizadas e liquidadas pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. b) Receitas oriundas de prestação de serviço de processos de dados por conta e ordem e fornecimento da infraestrutura com a Mining JVL LLC.

31/12/2024		31/12/2023	
Saldo	Variação	Saldo	Variação
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
1.072	(878)	1.072	(878)
(337)	(246)	(337)	(246)
(2.247)	(1.879)	(2.247)	(1.879)
(2.457)	(2.960)	(2.457)	(2.960)
(162)	(38)	(162)	(38)
(193)	(161)	(193)	(161)
(7)	(8)	(7)	(8)
(2.835)	(1.908)	(2.835)	(1.908)
(8.310)	(6.078)	(8.310)	(6.078)

31/12/2024		31/12/2023	
Saldo	Variação	Saldo	Variação
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
(1.142)	(59)	(1.142)	(59)
(61)	(60)	(61)	(60)
(744)	(657)	(744)	(657)
(68)	(42)	(68)	(42)
(7)	-	(7)	-
(2)	(24)	(2)	(24)
(8)	(8)	(8)	(8)
(2.032)	(1.750)	(2.032)	(1.750)

31/12/2024		31/12/2023	
Saldo	Variação	Saldo	Variação
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
(911)	(1.469)	(911)	(1.469)
(8)	(1)	(8)	(1)
(141)	(132)	(141)	(132)
(3)	(50)	(3)	(50)
(1.063)	(1.652)	(1.063)	(1.652)

31/12/2024		31/12/2023	
Saldo	Variação	Saldo	Variação
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
396	684	396	684
396	740	396	740
(687)	(912)	(687)	(912)

31/12/2024		31/12/2023	
Saldo	Variação	Saldo	Variação
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
23.406	22.131	23.406	22.131
2.165	2		

## PEQUENA CENTRAL HIDROELÉTRICA RIO DO BRAÇO S.A.

CNPJ/MF nº 09.024.809/0001-28

### Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras (continuação)

das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos

procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 6 de março de 2025

**Deloitte** DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Auditores Independentes Ltda. - CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ  
Contador: Diego Wailer da Silva - CRC nº 1 RS 074562/O-3



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>